PRIMEIRA INFÂNCIA: UMA AGENDA INTERSETORIAL

JUCILEIDE DA SILVA BARBOSA

RESUMO

Várias são as discussões a respeito da importância da primeira infância para o desenvolvimento humano. No decorrer dos tempos, vários estudiosos sinalizaram, e o faz em dias atuais, de forma clara sobre as questões que envolvem a criança, família, sociedade e políticas públicas. Esses estudos demonstram a necessidade de investimentos sociais e públicos na família e na criança, proporcionando-lhes melhores condições de vida, no que tange a: saúde, assistência social, cultura, alimentação e educação. Pois, quando uma família se sente protegida pelo estado, melhor terá condições de orientar, criar e proteger seu filho. Nesse sentido, este artigo tem por objetivo, apresentar uma discussão para reflexão do seu leitor a respeito da importância da "Primeira Infância: Uma Agenda Intersetorial", o qual é o tema central do mesmo. A discussão e reflexão a respeito se torna pertinente, pois é comprovado por meio de estudos que uma criança bem amparada e protegida pelos seus familiares, tende a ser um cidadão melhor no futuro, com plenas capacidades de proteger a si e o outro. Vindo a ser um cidadão que almeja objetivos sólidos no futuro, responsável pela natureza, sociedade civil e familiar, com condições de se apropriar de novos conhecimentos e a ser o construtor de seus saberes. Portanto, todo o investimento público e social na primeira infância vem a ser de benefício amplo para a criança, família e sociedade. Nesse sentido, este artigo se propõe realizar uma discussão a respeito do assunto central, a fim de conscientizar os seus leitores a respeito da importância de realizar investimentos que possam auxiliar a família e a criança a terem melhores condições de vida. A metodologia utilizada é a de revisão bibliográfica de trabalhos publicados ou não na internet, de estudiosos que retratam o assunto abordado.

Palavras chave: Família. Criança. Primeira Infância. Poder Público. Sociedade.

INTRODUÇÃO

Em dias atuais, é consenso que a primeira infância é a fase mais importante para o desenvolvimento humano, pois é nesse período que a criança inicia as suas primeiras aprendizagens, as quais servirão de alicerce para as que irão ocorrer ao longo da vida. Essas aprendizagens iniciais, ocorrerem devido ao contato que a criança tem desde o nascer com a sua família, a qual irá por meio de vários instrumentos, transmitindo-lhe conhecimentos culturais e sociais.

Nesse sentido, elenca-se que no decorrer da primeira infância, período que abrange dos 0 aos 6 anos, é importante que a criança seja cuidada de forma a atender suas necessidades, portanto é preciso que a família possua condições econômicas e sociais para prover o bem estar infantil.

Contudo, sabe-se que existe uma gama de famílias que vivem em condições precárias de vida, pois geralmente residem em lares que se encontram em áreas que não possuem saneamento básico, são desprovidas de condições de se alimentarem adequadamente, entre outros fatores que as impedem de oferecer uma melhor condição de vida a criança.

Assim, se faz necessário que o poder público realize investimentos que possam proporcionar a essas famílias melhor situação de vida, garantindo-lhes acesso a: saúde, assistência social, cultura, alimentação e educação, para que vivam com dignidade e tenham condições de proporcionar os devidos cuidados aos seus filhos.

Nessa nuance, ressalta-se que quando uma criança recebe alimentação adequada, boas condições de saúde e moradia, tende a se sentir protegida e amparada. Pois, as primeiras experiências positivas vividas pela criança, melhoram a capacidade de absorver novos conhecimentos e na resolução de problemas.

No âmbito educacional, a criança que se sente segura, tende a se sentir motivada a frequentar a sala de aula, sendo mais receptiva a novos conhecimentos e participativa durante o desenvolvimento das atividades. Essas condições favorecem a criança no decorrer do processo de aprendizagem, bem como ao longo de sua vida como construtora de seus próprios saberes.

Assim, este artigo se propõe a realizar uma abordagem a respeito da importância de se realizar pelas políticas públicas e sociedade, investimentos proporcionem qualidade de vida e um futuro promissor as famílias, a fim de que as mesmas possam cuidar e proteger melhor os seus filhos.

DESENVOLVIMENTO

Em dias atuais existe muita preocupação com o desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo e psicológico infantil, principalmente das crianças que vivem em condições não adequadas de vida, prejudicando a sua forma de vida, desenvolvimento e, principalmente, em seu rendimento educacional.

De acordo com Dodge (2004):

Embora pais e alguns psicólogos, sociólogos e autoridades em saúde pública já tenham compreendido há muito tempo, intuitivamente, a importância do desenvolvimento na primeira infância (DPI), foi apenas durante o último quarto de século que cientistas, médicos e cientistas sociais reconheceram o papel crucial do DPI. E foi apenas muito recentemente que o DPI ocupou um espaço na literatura econômica ao lado de escolarização, capacitação em serviço, saúde pública e aprendizagem informal. (Apud SCHNEIDER, 2020 p.8)

A primeira infância, segundo estudos, é o período que se consiste a partir da gestação até os seis anos de idade, o qual é muito importante para a "construção de competências emocionais e socioafetivas e o desenvolvimento de áreas fundamentais do cérebro relacionadas à personalidade, ao caráter e à capacidade de aprendizado" (BRASIL, 2018 p.8).

Segundo o Guia para orientar ações intersetoriais na primeira infância, do Ministério da Saúde:

A ciência tem comprovado que a primeira infância é uma janela de oportunidades para que o indivíduo desenvolva o seu potencial, pois é nos primeiros anos de vida que a arquitetura do cérebro começa a se formar. Esse processo continua ao longo do tempo, moldado pelas experiências positivas ou negativas vividas e compartilhadas, principalmente, com seus pais, parentes e cuidadores em geral. (BRASIL, 2018 p 8)

Assim, pode-se elencar que é de suma importância que a criança seja protegida, pois vínculos e estímulos adequados propiciam vários benefícios ao desenvolvimento da criança desde "o aumento da aptidão intelectual – que favorece o acompanhamento escolar e diminui os índices de repetência e evasão – até a formação de adultos preparados para aprender a lidar com os desafios do cotidiano"

(Brasil, 2018 p.8). Contudo, ressalta-se que quando existem problemas sérios, tais como: desnutrição, negligencia e violência familiar, podem causar sérias dificuldades no "desenvolvimento saudável do cérebro" (Idem).

Na opinião de Dodge (2004), citado por Schneider (2020), sobre o sucesso do desenvolvimento na primeira infância, o autor destaca que:

O sucesso do DPI depende da interação de uma série de fatores. Assim como no desenvolvimento do capital humano nos últimos anos, os vários fatores que influenciam o DPI interagem, multiplicando-se para produzir "sucesso", quantificado pela prontidão para a aprendizagem no ingresso à escola primária. Boas condições de saúde – tanto da mãe quanto da criança –, boa nutrição, bons cuidados parentais, forte apoio social e interações estimulantes fora de casa combinam-se para prover as melhores chances de sucesso. Uma vez que a negligência no investimento em qualquer desses fatores reduz o valor do investimento nas outras áreas, investimentos para melhoria da saúde pré e pós-natal da futura mãe são um aporte crucial para o DPI. Portanto, apoio de todo o tipo para melhorar o desempenho parental é crucial nesse período. Esses apoios incluem o desenvolvimento de habilidades parentais, apoio social, apoio de empregadores e governos para aumentar o tempo que os pais podem passar com suas crianças e, em alguns casos, apoio financeiro direto.

(Apud SCHNEIDER, 2020 p.8)

Nesse sentido, ressalta-se que o poder público e a sociedade, compreenderam que realizar ações e investimentos que possam garantir um desenvolvimento adequado a criança vem a ser de suma importância, pois:

(...) é uma estratégia inteligente que permite maiores ganhos sociais e econômicos. O investimento na primeira infância mostra potência para reduzir iniquidades, enfrentar a pobreza e construir uma sociedade com condições sociais e ambientais sustentáveis. Diversos estudos vêm demonstrando que quanto mais se investir em saúde, educação e na construção de ambientes seguros e livres de violência para as crianças, menos será necessário gastar no futuro para frear os efeitos que a falta desses recursos traz. (BRASIL, 2018 p.8)

Portanto, quanto mais investimentos ocorrerem, a fim de garantir a criança e a família, condições adequadas de vida, favorecerá a evolução e o desenvolvimento infantil, possibilitando-a, no futuro, a ser um cidadão com capacidade de: conviver e viver socialmente, realizar críticas, inferências, transformar culturas, buscar objetivos, entender e compreender a si e o outro, entre ações que se espera de um sujeito consciente de si e do mundo que o rodeia.

Segundo Schneider (2020 p.8): "O desenvolvimento afetivo, social e físico das crianças tem um impacto direto durante a sua infância e na pessoa adulta que elas se tornarão. Por isso a importância de entender bem a necessidade de investir para maximizar seu futuro bem-estar". Seguindo esse pensar, elenca-se que as experiências e os vínculos estabelecidos desde a mais tenra idade irão afetar diretamente no desenvolvimento cognitivo, emocional, social e afetivo, os quais são fatores que assegurarão no sucesso da criança.

Ainda, de acordo com a autora:

Relacionamentos afetuosos e estáveis são essenciais para o desenvolvimento saudável. Crianças desenvolvem-se em um ambiente de relacionamentos que começam em casa e que incluem membros da família ampliada, cuidadores e educadores, além de ou-

tros membros da comunidade.1 Os estudos mostram que crianças pequenas que têm relacionamentos seguros e confiáveis com seus pais ou com cuidadores sem vínculos familiares sofrem uma ativação mínima de hormônios de estresse quando amedrontadas por um evento estranho, enquanto crianças que têm relações inseguras sofrem uma ativação significativa do sistema de resposta ao estresse.2 Inúmeros estudos científicos apoiam a conclusão de que prover, o mais cedo possível, relacionamentos responsivos e que garantem segurança pode prevenir ou reverter os efeitos danosos do estresse tóxico. (SCHNEIDER, 2020 p.9)

Nessa nuance, se torna imprescindível assegurar condições necessárias ao desenvolvimento da criança, conforme o estabelecido na legislação dos direitos da infância. É nessa esfera de preocupação que passa a existir a Agenda Intersetorial da Primeira Infância, que segundo Lobo (2019), vem a ser:

A articulação de vários setores em prol de um objetivo único, o desenvolvimento integral da criança. A ideia é que os setores compartilhem informações e criem estratégias em conjunto. Isto permite que os recursos humanos, financeiros e materiais sejam potencializados. Com esta visão holística, compreende-se a necessidade de integrar os profissionais de serviços de saúde, educação, cultura, assistência social, direitos humanos, e quaisquer outros que estejam presentes no dia a dia da criança e de sua família. (LOBO, 2019 p.1)

Ainda, segundo a autora: "A partir do momento em que os profissionais e serviços de setores diversos se integram, torna-se possível e mais eficaz o Sistema de Garantia de Direitos previsto na legislação sobre os direitos da infância" (Idem, 2019 p.1).

Nesse pensar, aborda-se que para que uma criança possa se desenvolver de forma adequada precisa se sentir protegida e amada pela família, que por sua vez necessita ter como garantia condições de sobrevivência propicias para ofertar alimentação adequada e balanceada. "Estar inserida no contexto adequado é muito importante para que a criança consiga se desenvolver plenamente não apenas na vida escolar, mas em sua vida pessoal como um todo" (LOBO, 2019 p.1)

Para tanto é de competência dos setores públicos e sociais planejar e desenvolver ações que venham a proporcionar e a garantir as famílias qualidade de vida. De acordo com o postulado pelo Ministério da Saúde:

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (Pnaisc), que tem como objetivo promover e proteger a saúde da criança e o aleitamento materno mediante atenção e cuidados integrais e integrados desde a gestação até os 9 anos de idade, com especial zelo à primeira infância e às populações de maior vulnerabilidade, visando a um ambiente facilitador à vida, com condições dignas de existência e pleno desenvolvimento, e à redução da morbimortalidade. (BRASIL, 2018 p.10)

Segundo o Ministério da Saúde: "A Pnaisc é o resultado de um processo de construção interfederativa, realizada ao longo de quatro anos de trabalho por estados, municípios e governo federal" (BRASIL, 2018 p.11). Ainda, conforme o Ministério da Saúde "a Pnaisc possui por diretrizes e princípios que devem ser respeitados durante a: "elaboração dos planos, dos programas, dos projetos e das ações de saúde voltados para crianças" (idem), estando composta em sete eixos estratégicos, sendo eles:

1. Atenção humanizada e qualificada à gestação, ao parto, ao nascimento e ao recém-nascido: consiste na melhoria do acesso, cobertura, qualidade e humanização da atenção obstétrica e neonatal, integrando as ações do prénatal e o acompanhamento da criança na atenção básica com aquelas desenvolvidas nas maternidades, conformando-se uma rede articulada de atenção;

2. Aleitamento materno e alimentação complementar saudável: é a estratégia ancorada na promoção, na proteção e no apoio ao aleitamento materno, iniciando na gestação, considerando-se as vantagens da amamentação para a criança, a mãe, a família e a sociedade, bem como a importância de estabelecimento de hábitos alimentares saudáveis;

3. Promoção e acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento integral: consiste na vigilância e no estímulo do pleno crescimento e desenvolvimento da criança, em especial do "Desenvolvimento na Primeira Infância (DPI)", por meio da atenção básica à saúde, conforme as orientações da Caderneta de Saúde da Criança, incluindo ações de apoio às famílias para o fortalecimento de vínculos familiares;

4. Atenção integral a crianças com agravos prevalentes na infância e com doenças crônicas: consiste em estratégia para o diagnóstico precoce e a qualificação do manejo de doenças prevalentes na infância e nas ações de prevenção de doenças crônicas e de cuidado dos casos diagnosticados, com o fomento da atenção e da internação domiciliar sempre que possível;

5. Atenção integral a crianças em situação de violência, prevenção de acidentes e promoção da cultura de paz: consiste em articular um conjunto de ações e estratégias da rede de saúde para a prevenção de violências, acidentes e promoção da cultura de paz, além de organizar metodologias de apoio aos serviços especializados e processos formativos para a qualificação da atenção à criança em situação de violência de natureza sexual, física e psicológica, negligência e/ou abandono, visando à implementação de linhas de cuidado na Rede de Atenção à Saúde e na

Rede de Proteção Social no território;

6. Atenção à saúde de crianças com deficiência ou em situações específicas e de vulnerabilidade: consiste na articulação de um conjunto de estratégias intrassetoriais e intersetoriais para inclusão dessas crianças nas redes temáticas de atenção à saúde, mediante a identificação de situação de vulnerabilidade e risco de agravos e adoecimento, reconhecendo as especificidades deste público para uma atenção resolutiva;

7. Vigilância e prevenção do óbito infantil, fetal e materno: consiste na contribuição para o monitoramento e a investigação da mortalidade infantil e fetal e possibilita a avaliação das medidas necessárias para a prevenção de óbitos evitáveis. (BRASIL, 2018 p.12)

Além do exposto, frisa-se que o Ministério da Saúde destaca a importância da educação, cultura e assistência social no desenvolvimento integral da criança, descrevendo como segue:

• Educação (cuidar agora, colher no futuro): A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a 5 anos de idade em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade. É oferecida em creches, onde são atendidas crianças de zero a 3 anos, e pré-escolas, para crianças de 4 a 5 anos. Esses locais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados. Com uma vida escolar plena de oportunidades e relações sociais fortalecidas, as crianças têm mais sucesso na alfabetização e desenvolvem habilidades que as ajudarão a enfrentar os desafios do futuro;

• Cultura (valorização da diversidade e das múltiplas linguagens): A cultura é fundadora das ações e dos pensamentos das pessoas a todo o momento. Muitas vezes, é compreendida como expressão artística, contudo, ela reflete o nosso modo de vida. Assim, um olhar renovado para a vida infantil é uma prática cultural que define uma mudança profunda e relevante na sociedade como um todo. Na família, na creche, na escola, no hospital, na praça ou em qualquer outro lugar em que as crianças estejam presentes, as práticas devem ter compromisso com a ludicidade. O tempo e o espaço do brincar e as várias linguagens da criança expressam sua forma de viver e conviver com a sociodiversidade e a biodiversidade. Assim, a plenitude do desenvolvimento humano terá seu fluxo contínuo, e a criança despertará para a realidade cultural em que está inserida como produtora de cultura, não apenas como receptora. Nesse sentido, os diversos serviços sociais e educativos precisam estar conectados à vida no território, valorizando a identidade local, propiciando a interação e o conhecimento das crianças sobre as manifestações e as tradições culturais brasileiras: seus costumes, culinárias, memórias, contos populares, práticas construtivas, lendas, mitos, provérbios, crenças, adivinhas, cantigas e canções, danças, autos, romanceiros, entre outros. Ressalta-se a importância do reconhecimento, da valorização e do respeito à interação das crianças com os elementos culturais dos diversos povos e etnias que compõem o território brasileiro, como negra, afro-brasileira, indígena, cigana, oriental, latina, europeia, população rural, ribeirinha e da floresta. A promoção da igualdade, da diversidade e da identidade de gênero, ao ser tratada desde a infância, cria possibilidades e diminui preconceitos na relação com as múltiplas formas de constituição familiar, trabalhando de maneira positiva questões que se distanciam de estigmas socialmente construídos. As linguagens das crianças merecem ser valorizadas em sua diversidade, estimulando-se a criatividade, a expressão, a opinião, as interações, as brincadeiras e a imersão em diferentes manifestações artísticas, favorecendo o progressivo domínio de várias formas de expressão: corporal, gestual, verbal, cênica, plástica, dramática, circense, musical, audiovisual, entre outras;

• Assistência social (proteção e prevenção de violações de direitos): As ações da Assistência Social voltadas para crianças de zero a 6 anos consideram todo o contexto familiar e comunitário em que estão inseridas. Nesse sentido, pautam-se na garantia dos direitos sociais das crianças e dos demais membros que integram as famílias, reconhecendo a condição peculiar de dependência da criança e as singularidades, inclusive quanto aos aspectos que possam interferir nas dinâmicas familiares nas demandas de cuidado. A chegada de um novo membro demanda uma série de adaptações, o que inclui habilidades para a convivência, a redistribuição de tarefas e de funções domésticas, reajustes financeiros, a reorganização de espaços na residência, além do conhecimento e do reconhecimento entre o bebê e as pessoas que já compunham a família. Em algumas situações, a chegada de um bebê não planejado ou a frustração de expectativas, somadas à necessidade de promover mudanças nas dinâmicas familiares, podem desencadear ou acentuar fragilidades nos vínculos. A Contextos de vulnerabilidade social e territorial, aliados à fragilidade dos laços familiares e comunitários podem contribuir para tornar mais complexas as adaptações demandadas pela chegada de um novo membro. O papel da política pública de Assistência Social é intervir no contexto de vulnerabilidades em que essas famílias estão inseridas, desenvolver ações que previnam a fragilização de vínculos e minimizem os riscos aos quais possam estar expostas e fortalecer suas potencialidades por meio de estratégias que promovam o seu protagonismo e empoderamento. (BRASIL, 2018 p.13-14)

Contudo quando a família não participa ou atua diretamente de forma adequada no decorrer do processo de desenvolvimento infantil pode ocorrer que a criança não consiga se estruturar adequadamente para aprender a conviver com as suas emoções, podendo se desenvolver pouca habilidade para suportar com adversidades cotidianas, podendo crescer com uma intolerância as frustrações, "além de comportamentos desviantes e que irão prejudicá-la no seu desempenho como ser social. Isso não favorece ajustes nos seus relacionamentos futuros e gera sensíveis prejuízos no seu desempenho como pessoa", aponta o Hospital Infantil Sabará (Apud SONSIN, 2017 p.1)

Segundo a UNICEF, "o estímulo e acompanhamento na primeira infância podem quebrar ciclos de pobreza e vulnerabilidade". (SONSIN, 2017 p.1). Portanto, frisa-se que na ausência de investimentos na primeira infância, por parte das políticas públicas, nos campos: sociais e afetivos, proporcionam a criança a estar predisposta a problemas psicológicos, traumas, entre outros transtornos. Contudo, quando ocorre investimentos direcionados a melhorar as condições de vida da criança e de seus familiares, ela irá receber estímulos positivos "quanto mais estímulos positivos a criança receber, mais resultados positivos ela irá colecionar ao longo da vida, o que a fará tornar um adulto mais consciente e inteligente emocionalmente". (Idem, 2017 p.2)

Nessa nuance, Venâncio (2020) aborda que:

Evidências apontam que o investimento feito em programas de qualidade para a primeira infância tem alta taxa de retorno para a sociedade. Além disso, o investimento na primeira infância é a melhor maneira de reduzir as desigualdades, enfrentar a pobreza e construir uma sociedade com condições sociais e ambientais sustentáveis. (VENÂNCIO, 2020 p.1)

Ainda, de acordo com a autora:

Acompanhando a tendência mundial, cresce no Brasil o investimento na promoção do desenvolvimento dessa faixa etária por meio da implantação de programas federais, como o Brasil Carinhoso e o Criança Feliz, além de outras iniciativas estaduais e locais. Um passo importante para o fortalecimento dessa agenda em âmbito nacional foi a instituição do Marco Legal da Primeira Infância, que estabelece princípios e diretrizes para a formulação e implementação de políticas públicas para a primeira infância, em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano. (Idem, 2020 p.2)

Nesse ponto, recorre-se ao postulado pela Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal – FMCSV (2015), a qual apresenta dez formas de investir na primeira infância, sendo elas:

1 – Seis consultas no pré-natal: Os cuidados começam assim que a mãe descobre que está grávida. O Ministério da Saúde recomenda que a mãe faça pelo menos seis consultas ao longo da gravidez, com intervalo máximo de oito semanas entre cada atendimento. Ganhos: Durante as consultas, o médico obstetra irá avaliar a saúde da mulher e o desenvolvimento do bebê, para descartar complicações. Ele também poderá orientar para que o feto nasça em plena saúde;

2 – Ampliação das licenças maternidade e paternidade: Segundo a FMCSV, ampliar a licença paternidade em 20 dias custaria R$ 99 milhões para o governo do Brasil. Parece muito, mas isso corresponde a apenas 0,009% da arrecadação federal. Ganhos: Isso traria benefícios para toda a família. A licença paternidade melhora a divisão de tarefas domésticas e o pai fica mais presente na vida da criança, o que traz impactos positivos para o desenvolvimento do bebê. Já a mãe, com mais ajuda, fica mais segura e tem mais chance de conseguir manter a amamentação exclusiva até os seis meses;

3 – Amamentação exclusiva até os seis meses: O Ministério da Saúde recomenda a amamentação exclusiva até os seis meses de idade. Ganhos: Aumento de 20 a 30% do crescimento da matéria branca do cérebro, responsável pela rapidez das sinapses.

4 – Passar mais tempo com a família: O primeiro vínculo que o bebê constrói é com a mãe. Em seguida, começa a interagir com outros membros da família, amigos e cuidadores. Interagir com os familiares, construir um vínculo forte e exercitar a autonomia faz com que a criança se sinta segura, autoconfiante, independente e menos agressiva. Ganhos: Passar mais tempo com o pai e a mãe pode reduzir em 5% a taxa de evasão escolar nos casos de famílias em situação de vulnerabilidade social. Entre famílias com melhores condições de renda, a taxa é de 3%;

5 – Acompanhamento domiciliar e saúde: Várias políticas públicas devem ser implementadas para garantir o desenvolvimento da primeira infância, em especial entre as comunidades carentes. A primeira diz respeito ao acompanhamento domiciliar e atendimento à saúde para crianças que vivem em ambientes desprotegidos. Ganhos: Os benefícios são muitos, mas combater a violência e a falta de saneamento básico permite que as crianças continuem na escola e tenham uma possibilidade de futuro promissor;

6 – Creches e pré-escolas de boa qualidade: Apenas 29,6% das crianças brasileiras frequentam a creche, o que significa que 3,5 milhões delas ainda não estão matriculadas. A criação de mais vagas é urgente, assim como a criação de políticas de nutrição e saúde que permitam a continuidade na escola. Ganhos: Mais crianças na escola e aumento do nível médio de educação da população;

7 – Apoio para famílias e cuidadores: Investir no desenvolvimento das capacidades dos pais e cuidadores, para que deem toda a atenção e cuidado necessários para o bebê. Ganhos: Ajuda a garantir o bom desenvolvimento da criança durante seus primeiros anos de vida;

8 – Educação de qualidade até a vida adulta: Evitar que as crianças interrompam os estudos antes do tempo — ou que sequer comecem a escola — além de melhorar significativamente a qualidade do ensino. Ganhos: Frequentar boas creches e pré-escolas melhora o desempenho escolar ao longo de toda a vida, acelera a capacidade cognitiva e estimula o comportamento social;

9 – Autonomia ou brincar: As brincadeiras devem ser consideradas pelos adultos como uma das atividades mais importantes na vida da criança. É diversão, mas também aprendizado e desenvolvimento. Ganhos: Ao brincar, a criança se desenvolve. Ao observá-la brincar, adultos compreendem como ela vê e constrói o mundo, como gostaria que ele fosse, quais prazeres sente e quais desafios enfrenta;

10 – Estímulo e vínculo: Considerar a leitura conjunta entre pais e filhos é uma ótima forma de estabelecer vínculo e estimular a linguagem. Ganhos: Além do estímulo da linguagem, ler junto com os pais contribui para que a criança se sinta segura para construir seu caminho de autonomia e convívio social. (FMCSV, 2015 s/p)

Como pode ser elencado os ganhos, quando ocorre investimentos públicos bem direcionados e com o propósito de garantir uma primeira infância de qualidade, são enormes, possibilitando que a criança cresça com segurança e se desenvolva com qualidade de vida, vindo assim a se tornar futuramente um ser humano mais sensível, critico, realizar transformações sociais, enfim um cidadão com plenas capacidades de criar e recriar culturas e a entender a si e o outro. Assim, se faz necessário investimentos dos órgãos públicos a fim de promover melhores condições de: saúde, alimentação, educação, cultura e assistência social para a criança e sua família, possibilitando-lhe a ter condições dignas se sentir humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pode ser elencado no decorrer deste artigo, é importante que ocorram investimentos direcionados a manutenção e proteção da família e da criança, tendo em vista que quando um ser humano se sente acolhido e protegido, no que se refere a saúde, cultura e assistência social, os seu desenvolvimento e progresso nos âmbitos educacionais são maiores.

Portanto, elaborar e discutir a respeito de projetos sociais que abarcam a proporcionar melhores condições de vida de uma parte da população, a qual infelizmente vive em condições precárias, vem a ser de suma importância para o país e seu povo, pois a tendência é de auxiliar as pessoas a buscarem cada vez mais melhores condições de vida, de forma esperançosa e efetiva.

A criança que se sente protegida e amada pela família, tende a se dedicar mais aos seus estudos, a ter um desenvolvimento amplo motor e cognitivo, bem como a se interessar por questões que lhes propiciam, aguçando a sua curiosidade a pesquisar e explorar novos conhecimentos a fim de ampliar os pré-existentes e na formação de novos. Portanto quanto mais a criança se sentir incentivada e segura maior será o retorno que dará a sociedade como um todo.

Em suma, se torna necessário discorrer e lembrar aos leitores que uma criança alimentada, segura e feliz, será com certeza, no futuro, um cidadão com um olhar atento as questões que envolvem a si e o mundo que o cerca, com capacidade de transformar realidades e culturas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia para orientar ações intersetoriais na primeira infância. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas – Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL - FMCSV. Primeira Infância. 2015. Disponível em: https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/a-primeira-infancia/. Acesso em: 27.02.2021

LOBO, Emy. Primeira infância: uma agenda intersetorial. Publicado em Canal Futura, 2019. https://www.futura.org.br/trilhas/primeira-infancia-uma-agendaintersetorial/. Acesso em: 28.02.2021.

SCHNEIDER, Alessandra. Importância do desenvolvimento infantil. Enciclopédia sobre o desenvolvimento na primeira infância. Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. 2020. Disponível em: http://www.enciclopedia-crianca.com/sites/default/files/dossiers-complets/pt-pt/importancia-dodesenvolvimento-infantil.pdf. Acesso em: 03.03.2021.

SONSIN, Juliana. A importância da primeira infância e o desenvolvimento infantil. 2017. Disponível em: https://www.telavita.com.br/primeira-infancia/. Acesso em: 03.03.2021.

VENÂNCIO, Sonia Isoyama. Por que investir na primeira infância? Rev. LatinoAm. Enfermagem vol.28 - Ribeirão Preto, Epub Feb 03, 2020 - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, Instituto de Saúde, São Paulo, SP, Brasil. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104116920200001002000&script=sci_arttext& tlng=pt. Acesso em: 03.03.2021.